



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PF aponta influência de suspeito de elo entre PCC e máfia italiana em setores público e privado

■ A Polícia Federal (PF) aponta que Willian Barile Agati, investigado como elo entre integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e a máfia italiana 'Ndrangheta, exercia influência em "diversos outros setores público e privado". A informação consta de documentos da investigação sobre uma organização acusada de enviar grandes carregamentos de cocaína para a Europa e lavar os recursos obtidos com o tráfico.

■ Agati é apontado pela PF como líder e articulador da organização investigada na Operação Mafiusi. Segundo os autos, ele seria responsável por grandes carregamentos de cocaína e pela estruturação de empresas utilizadas para movimentar e ocultar recursos ilícitos.

■ Ao descrever a suposta posição de comando do empresário, a investigação afirma haver elementos sobre sua atuação na aquisição de bens e constituição de empresas destinadas à lavagem de dinheiro, além de possível envolvimento em homicídios relacionados a prejuízos no tráfico. É nesse contexto que os investigadores registram sua suposta influência em "diversos outros setores público e privado".

■ O documento, no entanto, não especifica nesse trecho quais seriam os setores públicos alcançados pela influência atribuída a Agati. Também



Agati é apontado pela Polícia Federal como articulador do Primeiro Comando da Capital

não identifica agentes públicos que teriam mantido relação com o investigado nem aponta eventual pagamento de propina ou prática de corrupção.

■ A investigação mostra, por outro lado, que a atuação empresarial atribuída a Agati se espalhava por diferentes atividades privadas. Relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) citados no processo relacionaram o empresário e empresas sob sua responsabilidade a dezenas de comunicações de operações financeiras consideradas suspeitas.

■ Segundo manifestação do Ministério Público Federal (MPF) reproduzida em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o nome de Agati aparece associado a 68 comunicações de atividades financeiras suspeitas. A Better Filters Filtros para Cigarro, empresa da qual ele seria proprietário ou responsável, aparece ligada a outras 14 comunicações. Já a FI1RST Agência de Viagens e Turismo é relacionada a 28 registros de atividades suspeitas.

■ As empresas vinculadas ao investigado alcançavam diferentes ramos. Investigações anteriores já

apontaram sua atuação nos setores de turismo, venda de automóveis, aviação e agenciamento de jogadores de futebol.

■ A investigação também encontrou relações com empresas responsáveis pelo transporte público em São Paulo. A PF e a Receita Federal identificaram transações entre empresas ligadas a Agati e a Transwolff e a Transunião, concessionárias do transporte coletivo da capital paulista. Os pagamentos investigados chegam a R\$ 10 milhões e envolvem a Jet Class Aviation.

■ Essas relações, porém, não significam que seja essa a "influência" no setor público mencionada pela investigação. O documento não estabelece diretamente essa ligação.

■ A dimensão financeira atribuída ao grupo também chamou a atenção dos investigadores. Agati é associado a uma rede que, segundo a PF, movimentou aproximadamente R\$ 2 bilhões entre janeiro de 2018 e outubro de 2022.

■ Agati está preso preventivamente. A Justiça considerou sua suposta posição de liderança, a dimensão das operações financeiras e os indícios de continuidade das atividades até 2024 como elementos para a manutenção da prisão. A defesa nega que ele integre o PCC e contesta as acusações.

RICARDO VIVEIROS

Jornalista, professor e escritor. Doutor em Educação, Arte e História da Cultura. Membro da Academia Paulista de Educação e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa.

A coragem de votar pelo Brasil

Após a Copa do Mundo, a política volta a ocupar a atenção no Brasil. Teremos, em outubro próximo, eleições aos principais cargos da República: deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente. Mais do que um rito democrático, uma decisão que influenciará por quatro anos os rumos do país.

A imprensa cumpre seu papel ao trazer informações, comparar propostas, fiscalizar os candidatos e revelar suas trajetórias. Cabe ao eleitor buscar fontes confiáveis, analisar o histórico de cada postulante e resistir à desinformação que costuma marcar as campanhas eleitorais. As fake news já estão por aí, contra e a favor da verdade.

A escolha do Congresso Nacional será tão importante quanto a do presidente da República. Nos últimos anos, estamos vivendo um bizarro e perigoso parlamentarismo. A governabilidade depende da relação de poder entre o Executivo e o Legislativo. Por isso, votar para presidente e desmerecer os candidatos às casas parlamentares é irresponsabilidade com a democracia.

Na disputa pelo Palácio do Planalto, diferentes perfis se apresentam ao eleitorado. Há nomes ligados ao velho "coronelismo" agrário, como Ronaldo Caiado (PSD); representantes do discurso vazio na economia, como Ro-

meu Zema (Novo); candidaturas da "terceira via" sem programa claro, como do escritor de autoajuda Augusto Cury (Avante) e de oportunistas oriundos de estranhos movimentos políticos recentes, como Renan Santos (Missão). Isso considerando apenas os que já pontuam nas pesquisas, pois há alguns outros.

Temos lideranças com estilos e programas bem conhecidos. Flávio Bolsonaro (PL) representa um grupo que se destaca na extrema direita brasileira, mesmo sob constantes escândalos e submissão a líderes estrangeiros. Seu discurso é o mesmo do pai, que está inelegível e preso cumprindo penas sob privação da liberdade. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) simboliza um projeto que marcou a política nacional nas últimas décadas, acumulando tanto amplo apoio popular quanto críticas e controvérsias. Lula, além de defender a soberania nacional, traz políticas de inclusão, estabilidade econômica, valorização do salário-mínimo e investimentos no social.

Cada candidatura desperta simpatias e rejeições. Nenhum político está acima do exame público, assim como nenhum deve ser julgado apenas por slogans, campanhas nas redes sociais ou narrativas construídas por adversários. O que importa é confrontar discursos com resultados, promessas com capacidade de execução e biografias com fatos conhecidos. Fatos, não versões deles.

O Brasil enfrenta muitos desafios. Crescimento econômico, combate às desigualdades, segurança, melhoria da saúde pública, fortalecimento da educação, preser-

vação ambiental, geração de empregos e equilíbrio das contas públicas continuarão exigindo vontade política em decisões difíceis. Não há soluções simples para problemas complexos, nem "salvadores da pátria" capazes de governar sozinhos.

A democracia pressupõe escolhas conscientes. O voto não pode ser movido apenas pela emoção, revolta momentânea ou fidelidade cega a lideranças políticas. Exige reflexão, responsabilidade e interesse para avaliar propostas, alianças, histórico judicial e criminal (à luz da Lei da Ficha Limpa), contábil e fiscal (prestações de contas), desempenho político, trajetória profissional/pessoal e compromisso com princípios democráticos. Sem influência das fake news.

Mais do que escolher um governante, o eleitor decidirá qual projeto de país deseja construir. A escolha não termina no dia da votação. Ela continua na fiscalização permanente dos eleitos, na cobrança por transparência e na participação ativa da sociedade.

O voto é o instrumento mais poderoso de uma democracia. Pode fortalecer instituições, impulsionar políticas públicas e promover mudanças positivas. Quando exercido sem responsabilidade, pode premiar o radicalismo, o despreparo, o oportunismo, a roubalheira e a desinformação.

Candidatos e campanhas passarão. O Brasil ficará. Serão os brasileiros, com suas escolhas, os principais responsáveis por escrever o próximo capítulo da história nacional. Seguir progressista, ou mergulhar no atraso.